

rumo a uma redistribuição
desobediente de gênero e
anticolonial da violência!

**rumo a uma redistribuição
desobediente de gênero e
anticolonial da violência!**

jota mombaça



“Só porque não há uma guerra não significa que haja paz.”

Mística em X-Men Apocalypse (2016)

CENA 1_ QUEM POLICIA A POLÍCIA

C. morreu asfixiada no porta-malas de uma viatura da polícia militar de São Paulo. A narrativa oficial é a de que ela teria entrado lá por vontade própria, na intenção de roubar algo e acabara morta. Segundo um portal de notícias online, a viatura foi reparada, limpa e voltou às ruas em poucos dias. Ninguém foi responsabilizado exceto C., que morreu asfixiada e tinha o rosto roxo e as mãos sujas de sangue quando a encontraram, na traseira de uma viatura militar, com 19 anos de idade.

Um boletim de ocorrência foi feito contra ela.

A polícia no Brasil é a única facção criminosa responsável pela investigação de seus próprios crimes.

3

CENA 2_ O QUE É UM CRIME?

Vera Malagutti descreve as fantasias absolutistas de controle social da polícia no período posterior à abolição formal da escravidão no Brasil para desdobrar daí uma percepção mais aguçada do sistema de justiça criminal hoje. É sobretudo no controle sistêmico do trânsito de pessoas africanas livres e afrodescendentes que a polícia vai passar a operar aí, como braço do projeto colonial em sua versão moderna, garantindo a segurança das elites brancas e mestiças e o terror das comunidades empobrecidas e racializadas. O racismo contra pessoas pretas e pobres está, portanto, no DNA das polícias e das redes de controle e extermínio que se articulam em torno delas. Mas não teria sido necessário ouvir uma acadêmica branca para dar-se conta disso. Não é de hoje que movimentos políticos como Mães de Maio e Reaja ou Será Morta (o), assim como uma série de vozes implicadas nos ativismos e organizações comunitárias pretas, produzem conteúdo, denúncia e articulação para visibilizar o papel efetivo desses genocídios racistas e classistas nas gramáticas da dominação à brasileira.

A presença do racismo como fantasia colonial indeterminadamente atualizada no marco do colapso da colônia está exposta como ferida na paisagem das

idades, na densidade dos muros, cercas e fronteiras. Está exposta também na coreografia das carnes, na intensidade dos cortes e ancestralidade das cicatrizes. E tudo isso está bastante evidente, ainda que mascarado; está latente em toda emoção possível de forjar-se perante esse regime. Mesmo quando as máquinas de fazer desperceber conflitos e desigualdades estruturantes projetam – sempre arbitrariamente – verdades cuja promessa é a de serem neutras, justas e universalmente aplicáveis, transcendentais, legais, modernas, coloniais, sobre o que significa ser um criminoso; o que é segurança; quanto vale para este mundo a indústria do punitivismo; que marcadores sociais desenham os gráficos do extermínio sistemático, continuado e neocolonial; por que há vidas matáveis; que corpos adornam os projetos de futuro; quem são os sujeitos da história; o que é catástrofe, golpe, crise, extinção...?

- 4 Afinal, o que é um crime, quando o próprio modo de funcionamento da justiça se faz inseparável de um projeto de atualização perpétua da injustiça como fantasia de controle? O que é um crime, quando tudo o que se entende sob o guarda-chuva da normalidade e legalidade não cessa de reperformatar a presença da morte como expectativa de vida de comunidades inteiras, de gentes daqui e de toda a terra, humanas e não-humanas?

CENA 3_ FICÇÕES DE PODER E O PODER DAS FICÇÕES

O poder opera por ficções, que não são apenas textuais, mas estão materialmente engajadas na produção do mundo. As ficções de poder se proliferam junto a seus efeitos, numa marcha fúnebre celebrada como avanço, progresso ou destino incontornáveis. O monopólio da violência é uma ficção de poder baseada na promessa de que é possível forjar uma posição neutra desde a qual mediar os conflitos. O sistema de justiça, produzido pela mentalidade Moderna-Colonial como sistema de polícia, visa neutralizar os conflitos sociais, administrando todas as tensões no limite de uma rede muito pequena de instituições e mitos representados como neutros pelas narrativas hegemônicas. Além de uma ficção de poder, a neutralidade do sistema de justiça – que torna moral e politicamente plausível o monopólio da violência – é um mecanismo de alienação dos conflitos, que isola as pessoas neles implicadas dos seus próprios processos de resolução. A frase “vamos resolver isso na justiça” está, portanto, sitiada, uma vez que evoca estritamente a ficção de poder do sistema de justiça moderno-colonial,



desarticulando dessa maneira todas as outras ficções de justiça que poderiam vir a ser conjuradas a partir dessa afirmação.

A ficção científica é uma das linhas de tensão entre as ficções de poder e o poder visionário das ficções. Se consideramos o eixo especulativo canônico, difundido pela literatura, pelo cinema e pela arte euroestadunidense em geral, majoritariamente formulado desde as posições de homem, branco, cisgênero e heterossexual, é comum que nos vejamos presas à circularidade do poder, numa espiral distópica capaz de mover-se apenas do controle rumo ao maior controle. Autores e histórias aparentemente críticas da sociedade disciplinar e de controle podem, contraditoriamente, operar na atualização dos sistemas contra os quais escrevem. O trabalho incessante de revelar o maquinário do poder, projetando-o no futuro ou no domínio fantástico, coincide aí com a tarefa ingrata de produzir essas máquinas, imaginando-as como entidades inescapáveis. O poder unsuspeitado das ficções é o de ser cimento do mundo, porque, como propõem pensar as co-editoras do livro *Octavia's Brood*, Walidah Imarisha e adrienne maree brown, “não podemos construir o que não podemos imaginar”, de modo que tudo o que está construído precisou, antes, ser imaginado. E aí reside o poder das ficções.

5

Não é, portanto, a dimensão ficcional do poder que me interessa confrontar. São, mais bem, as ficções de poder específicas e os sistemas de valores que operam no feitio deste mundo, e seus modos de atualização dominante. Nessa chave, o monopólio da violência tem como premissa gerenciar não apenas o acesso às técnicas, máquinas e dispositivos com que se performa a violência legítima, mas também as técnicas, máquinas e dispositivos com que se escreve a violência, os limites de sua definição. Esses dois processos de controle se implicam mutuamente e dão forma a uma guerra permanente contra as imaginações visionárias e divergentes – isto é: contra a habilidade de pressentir, no cativo, que aparência têm os mundos em que os cativos já não nos comprimem. Liberar o poder das ficções do domínio totalizante das ficções de poder é parte de um processo denso de rearticulação perante as violências sistêmicas, que requer um trabalho continuado de reimaginação do mundo e das formas de conhecê-lo, e implica também tornar-se capaz de conceber resistências e linhas de fuga que sigam deformando as formas do poder através do tempo.

CENA 4_ O ESTADO MOLECULAR

O estado, assim como as polícias, movem-se com e pelo desejo. Quando o movimento LGBT brasileiro luta pela criminalização da homofobia, ele está lutando, no limite, por esse desejo. O desejo de ser protegido pela polícia e neutralizado pelo estado não importa a que preço. Não se considera, por exemplo, a dimensão racista estruturante do sistema prisional, cujo maior alvo segue sendo as pessoas pretas e empobrecidas, inclusive aquelas cujas posições de gênero e sexualidade poderiam ser compreendidas no espectro LGBT. A aposta nessas estruturas normativas como fonte de conforto e segurança para as comunidades agrupadas em torno da sigla LGBT é um sinal evidente da falta de imaginação política interseccional desses ativismos, que estão limitados a lutar no interior do projeto de mundo do qual temos sido reiteradamente excluídas.

O estado tem dimensões imensas, mas opera através de suas moléculas. Durante vários anos, parte dos movimentos feministas brasileiros lutaram pela Lei Maria da Penha, que tipifica a violência doméstica e implementa um tratamento mais rigoroso para com aqueles que cometem esse tipo de crime. Em 2006, o projeto virou lei. Em 2013, a taxa de crimes contra mulheres em espaços domésticos era já 12,5% maior que em 2006. A lei não pôde conter a violência porque forneceu uma solução transcendental para um problema imanente. Apesar de sua dimensão institucional, a violência contra as mulheres, assim como contra corpos desobedientes de gênero e dissidentes sexuais em geral, está enraizada numa política do desejo que opera aquém da lei. Por isso, ao chamar a polícia para intervir em situações de violência sexista e/ou transfóbica-homofóbica-lesbofóbica-etc, é comum que eles hajam em favor do agressor, pois o que organiza as ações da polícia não é a lei, mas o desejo – que é, nesse caso, desejo de perpetuação desse sistema que garante o direito de gerir e performar a violência não apenas ao estado, mas também ao homem cisgênero.

A masculinidade tóxica como projeto de poder deve ser abordada em qualquer discussão sobre a distribuição social da violência. A violência masculina é uma arma transversal de normalização de gênero e controle social. Ela afeta não apenas mulheres cis e corpos não-heterossexuais e trans*, mas também os próprios homens cisgêneros que tem de alcançar esses graus ideais de virilidade a fim de cumprir com aquilo que a normalidade de gênero requer. Entretanto, essa distribuição desigual da violência – que constrói corpos cis-masculinos



como intrinsecamente viris – é responsável, numa escala micropolítica, pela manutenção do medo como base das experiências trans*, dissidente sexual e feminina para com o mundo.

A coletiva paraibana Eké – Candomblé Sound System¹, numa de suas composições, relata uma experiência que habita o imaginário de bichas, sapatonas, travestis e outras criaturas no espectro radical das desobediências de gênero e dissidências sexuais quanto à possibilidade de agressão no espaço público. A letra diz:

Praça da Alegria

Uma bicha, oito machos

Praça da Alegria

Uma bicha, oito machos

Voltar pra casa

unha pintada

short de oncinha

brinco na orelha

lápiz no olho

uma bicha, oito machos

7

1. Eké – Candomblé Sound System é uma coletiva paraibana que trabalha na intersecção entre música, performance e design, produzindo conteúdo crítico radical desde a posição de bichas pretas nordestinas. A música aqui citada pode ser encontrada

nesse link <https://www.youtube.com/watch?v=oOvRDxRGPh8&feature=youtu.be>, e o trabalho da coletiva pode ser acompanhado através desta página no facebook Eké - <https://www.facebook.com/Ek%C3%A9-251777678495066/?fref=ts>.

Paulada
pedrada
caco de vidro
paulada
tijolada
pedrada
empurra, empurra
machulência
machulência

8

Uma bicha, oito machos
repletos de ódio
contra bichas
viadinhos
sapatonas
caminhoneiras
travestis
mulheres trans
homens trans
mulheres cis
o macho que bate em nós é o mesmo
o macho que bate em nós é o mesmo

Ao ouvir essa letra, alguém pode certamente objetar que ela reproduz uma imagem essencializada do homem cis, e que isso deve ser problematizado com vistas aos avanços dos debates em torno a gênero e sexualidade. Essa crítica



– embora possa vir a ser embasada – me parece ao mesmo tempo lançar uma cortina de fumaça sobre aquilo que a letra de Eké visa expor: a machulência (um dos nomes da masculinidade tóxica) como ficção de poder. “O macho que bate em nós é o mesmo” porque a figura do macho, como ferramenta de normalização social, garante às posições de homem cisgênero o acesso à violência legítima – que já não deve ser compreendida, aqui, como violência legal, mas como violência pensável e plausível dentro do sistema de distribuição da violência no qual estamos metidas.

CENA 5_ PURA VIOLÊNCIA COMO DESIGN GLOBAL

Algumas semanas atrás, havia um vídeo sendo compartilhado através da minha rede do Facebook. Nele, uma travesti sangrava no chão de um hospital público depois de ter sido esfaqueada. Ela estava gritando: “por favor, não me deixe morrer agora.” Ninguém a socorria. Em vez disso, uma outra mulher (cis) a batia na cara enquanto alguém filmava tudo com uma câmera de vídeo. Espancamentos públicos, omissão médica, espetacularização das mortes, naturalização da extinção social, genocídios, processos de exclusão e violência sistêmica formam parte da vida diária de muitas pessoas trans*, assim como sapatonas, bichas e outras corpos dissidentes sexuais e desobedientes de gênero, especialmente as racializadas e empobrecidas. Todas essas formas de violência e brutalização são de fato parte de um design global, que visa definir o que significa ser violento, quem tem o poder para sê-lo, e contra que tipos de corpos a violência pode ser exercida sem prejuízo à normalidade social. No marco desse design global, a violência é gerida para ser mortal para muitos e lucrativa e/ou prazerosa para uns poucos. No marco desse design global, a violência cumpre um programa e opera em favor de um projeto de poder anexado a heteronormatividade, cissupremacia, neocolonialismo, racismo, sexismo e supremacia branca como regimes de exceção.

Da minha própria perspectiva, como uma bicha racializada, gorda e não binária, oriunda da periferia do Nordeste brasileiro, é impossível negar o impacto dessa distribuição da violência como ameaça na minha vida diária. Simplesmente andar pelas ruas pode ser um evento difícil quando suas roupas são consideradas “inapropriadas” e sua presença mesma é lida como ofensiva apenas pelo modo como você age e aparenta. O risco de tornar-se parte das horríveis estatísticas

de violência anti-bicha (e anti-trans, anti-nordestina, anti-preta, etc.) é uma constante e não é justo que somente nós – que assumimos como ética da existência a desobediência à normalidade social ou que simplesmente estamos mal posicionadas no ranking dos “direitos humanos dos humanos direitos” – tenhamos de lidar com esse risco. Redistribuição da violência é uma demanda prática quando estamos morrendo sozinhas e sem nenhum tipo de reparação seja do estado, seja da sociedade organizada. Redistribuição da violência é um projeto de justiça social em pleno estado de emergência e deve ser performada por aquelas para quem a paz nunca foi uma opção.

CENA 6_ REDISTRIBUIÇÃO DA VIOLÊNCIA

10

A premissa básica desta proposta é a de que a violência é socialmente distribuída, que não há nada de anômalo no modo como ela intervém na sociedade. É tudo parte de um projeto de mundo, de uma política de extermínio e normalização, orientada por princípios de diferenciação racistas, sexistas, classistas, cissupremacistas e heteronormativos, para dizer o mínimo. Redistribuir a violência, nesse contexto, é um gesto de confronto, mas também de autocuidado. Não tem nada a ver com declarar uma guerra. Trata-se de afiar a lâmina para habitar uma guerra que foi declarada a nossa revelia, uma guerra estruturante da paz deste mundo, e feita contra nós. Afinal, essas cartografias necropolíticas do terror nas quais somos capturadas são a condição mesma da segurança (privada, social e ontológica) da ínfima parcela de pessoas com status plenamente humano do mundo.

6.1_ Nomear a norma

Escrevo agora para os brancos – para os homens brancos assim como para todas as gentes brancas – cuja brancura é menos uma cor, e mais um modo de perceber a si e organizar a vida, uma inscrição particularmente privilegiada na história do poder e uma forma de presença no mundo: nós vamos nos infiltrar em seus sonhos e perturbar seu equilíbrio.

Às pessoas heterossexuais, cuja heterossexualidade é contínua ao regime político de homogeneização sexual, extermínio dos desejos subnormais e genocídio das corporalidades desviantes, eu gostaria de dizer: nós vamos



penetrar suas famílias, bagunçar suas genealogias e dar cabo de suas ficções de linhagem.

Para cada pessoa cisgênera que olha a si e se vê como norma, então olha o mundo e o vê como espelho, deixo o seguinte recado: nós vamos desnaturalizar a sua natureza, quebrar todas as suas réguas e hackear sua informática da dominação.

E, finalmente, dirijo-me a todos os ricos, a todas as gentes cuja posição de classe garante acessos privilegiados a confortos, comidas, conhecimentos, possibilidades e estruturas de reprodução da injustiça e desigualdade econômica como paradigma de organização social: vamos invadir suas casas, incendiar seus automóveis, apedrejar seus shopping centers e agências bancárias, praguejar contra sua polícia, amaldiçoar sua segurança, esvaziar sua geladeira e escarnecer de suas ilusões de conforto ontológico.

11

Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. A não-marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho. Em oposição a isso, “o outro” – diagrama de imagens de alteridade que conformam as margens dos projetos identitários dos “sujeitos normais” – é hiper-marcado, incessantemente traduzido pelas analíticas do poder e da racialidade, simultaneamente invisível como sujeito e exposto enquanto objeto. Nomear a norma é devolver essa interpelação e obrigar o normal a confrontar-se consigo próprio, expor os regimes que o sustentam, bagunçar a lógica de seu privilégio, intensificar suas crises e desmontar sua ontologia dominante e controladora.

6.2_ Fantasias de violência afeminada

Um dos efeitos do monopólio da violência, como tentei demonstrar anteriormente, é não apenas o controle efetivo sobre o acesso às técnicas, ferramentas e dispositivos para performá-la, mas também o controle sobre os limites de sua definição – que implica, por exemplo, a representação das revistas constrangedoras e racistas da polícia (baculejos) como questão de segurança e das críticas contundentes de pessoas negras quanto ao racismo institucional e

velado da branquitude no Brasil como agressividade – e, para além disso, sobre os limites do pensável em termos de violência. Assim, é absolutamente comum que sejamos bombardeadas com imagens e narrativas de violência performada por homens cis, bem como muitos dos processos sociais de elaboração da masculinidade passam por um aprendizado da virilidade que tende a confundir-se com o monopólio da violência e torna não só imaginável como plausível que a violência pensável seja sempre elaborada desde essa posição².

Em função disso, a simples evocação imaginativa de outras formas de violência tem já um efeito disruptivo sobre essa gramática que visa garantir a estabilidade da representação da violência masculina a partir de um paralelo negativo com as posições afeminadas – de mulheres cis, bichas, travestis e outras corporalidades marcadas como femininas e representadas como necessariamente frágeis e passivas frente a violência.

12

Em Junho de 2013, eu lancei – sob o nome de MC Katrina – uma música chamada “Eu sou passiva, mas meto bala”³, direcionada aos pastores e fiéis evangélicos cuja prática religiosa implica diretamente a reprodução de movimentos de ódio e controle de vidas não obedientes à estrita moral proclamada desde suas religiões. De quebra, a música também propõe uma representação divergente da violência, centrada na ideia de que uma bicha passiva pode, e de fato, resiste às interpelações e investidas violentas de cisheteronormatividade. Na época, o deputado-pastor Marco Feliciano havia posto em pauta o projeto da Cura Gay, o qual MC Katrina responde:

2. Importante ressaltar que, embora esse sistema de distribuição da violência privilegie em certa medida a posição da masculinidade cis, há também efeitos políticos devastadores para homens, especialmente homens negros, que se desdobram daí. É sempre bom ter em mente que, de um ponto de vista interseccional, a morte de homens e meninos cis negros pelas ações das polícias do estado

formam parte do regime necropolítico de distribuição social da violência ao qual este projeto de redistribuição anti-colonial da violência procura reagir.

3. “Eu sou passiva, mas meto bala” é o primeiro single do projeto Pop Guerrilha/ MC Katrina e pode ser ouvido aqui: <https://soundcloud.com/popguerrilha/eu-sou-passiva-mas-meto-bala>



Infeliciano
diz que bichisse tem cura
mas se vier me curar
ele é quem vai tomar uma curra
sou passiva
violenta
tô armada
e meto bala

essa é uma declaração de guerra das bichas do terceiro mundo

Na sequência dessa estrofe, entra um sampler de Pêdra Costa declamando a frase das Ludditas Sexxxuales⁴, “*Si no podemos ser violentas, no es nuestra revolución.*” Se não pudermos ser violentas, não seremos capazes de desfazer as prisões e limites impostos à nossa experiência por efeito da distribuição social heteronormativa, branca, sexista e cissupremacista da violência. Se não pudermos ser violentas, nossas comunidades estarão fadadas ao assalto reiterado de nossas forças, saúdes, liberdades e potências. Se não pudermos ser violentas, seguiremos assombradas pela política do medo instituída como norma contra nós. Se não pudermos ser violentas, concentraremos em nossos corpos, afetos e coletividades o peso mortífero da violência normalizadora. E para aprendermos a performar nossa violência, precisaremos também ser capazes de imaginá-la, e de povoá-la com fantasias visionárias que rejeitem o modo como as coisas são e ousem conjurar, aqui e agora, uma presença que seja capaz de bater de volta em nossos agressores, matar nossos assassinos e escapar com vida para refazer o mundo.

13

6.3_ Treinamentos em autodefesa

Há muitas formas de treinar e de pensar autodefesa. Num primeiro plano, há o treinamento físico e seus impactos sobre o corpo, mas nem todos os corpos treinam da mesma maneira. É preciso, nesse processo de reapropriação subalterna das técnicas de violência, saber reconhecer os modos como cada corpo elabora sua própria capacidade de autodefesa. Parte desse trabalho consiste, portanto, numa mudança radical de percepção.

Somos ensinadas a não reagir à violência que nos interpela ao mesmo tempo em que somos bombardeadas por ameaças e narrativas de brutalidade contra nós. Nesse sentido, o projeto de redistribuição da violência depende de que acreditemos na nossa capacidade de autodefesa e, a partir disso, mudemos nossa postura perante o mundo. É fundamental que abandonemos a posição de vítima – mesmo quando o estado, a polícia, o branco e o homem cis tem historicamente demonstrado a sua incapacidade de abandonar a posição de agressor. Não há saída senão aceitar de uma vez por todas que fomos inscritas numa guerra aberta contra a nossa existência e que a única forma de sobreviver a ela é lutar ativamente pela vida.

14

Sim, somos potencialmente frágeis, mas isso não deve ser compreendido como uma incapacidade ou inaptidão para autodefesa. Aprender a defender-se requer a elaboração de outras formas de perceber a própria fragilidade. Há estratégias, técnicas e ferramentas que somente uma corporalidade e subjetividade capaz de habitar a fragilidade consegue desenvolver. Autodefesa não é só sobre bater de volta, mas também sobre perceber os próprios limites e desenvolver táticas de fuga, para quando fugir for necessário. É também sobre aprender a ler as coreografias da violência e estudar modos de intervir nelas. É sobre furar o medo e lidar com a condição incontornável de não ter a paz como opção.

6.4_ Redistribuição da violência como autocuidado

Que tipos de ética devemos elaborar para abraçar a nossa própria violência sem com isso reestruturar o design global de pura violência contra o qual nos mobilizamos? Que modalidades de cuidado político devemos gerar a fim de sanar as feridas que a violência (contra nós e a nossa própria) produz em nós mesmas? Perguntas como essas não se separam do processo político de redistribuição da violência, afinal não se trata de clamar por um mero cultivo da força que replique a ignorância perante a própria fragilidade que caracteriza as performances e ficções do poder.

Tampouco se trata de uma ideia fixa de justicamento, que parta sempre dos mesmos pressupostos e esteja calcada numa suposta estabilidade dos conflitos e, portanto, das respostas políticas que damos a eles. A redistribuição da violência – para que não se confunda a um projeto de generalização da violência – deve estar comprometida com uma ética que pense a justiça como



entidade mutante, contextual e provisória, e aceite de antemão que não há resposta segura perante conflitos e questões tão paradoxais, complexas e improváveis como as com que lidamos.

Ninguém passa incólume pela violência, e todas as que fomos violentadas e injustiçadas ao longo da vida sabemos bem disso. A violência cria marcas, implica vidas, ela não é nunca um evento simples, é sempre complexa, multidimensional e por isso requer cuidado. Desse modo, para que não se confundam a um embrutecimento, é preciso articular os processos de redistribuição da violência com outras formas de cuidado, partindo do princípio de que é tão fundamental abraçar a própria violência quanto tornar-se responsável por ela.

CENA 7_ O FIM DO MUNDO COMO O CONHECEMOS

15

Na primeira parte do livro *Os Condenados da Terra*, Fanon afirma que a descolonização é um projeto de desordem total, uma vez que tem como horizonte radical a destruição de todos os regimes, estruturas e efeitos políticos instaurados pela colonização. Não se trata de encontrar um consenso, ajustar o mundo e conformar a diferença colonial num arranjo pacífico. A situação colonial não permite conciliação, porque é sempre já assimétrica; ela se funda na violência do colonizador contra as gentes colonizadas, e se sustenta no estabelecimento e manutenção de uma hierarquia fundamental perante a qual a colonizada pode apenas existir aquém do colonizador. Não há negociação ou reforma possível, portanto. A luta da descolonização é sempre uma luta pela abolição do ponto de vista do colonizador e, conseqüentemente, é uma luta pelo fim do mundo – o fim de um mundo. Fim do mundo como o conhecemos. Como nos foi dado conhecer – mundo devastado pela destruição criativa do capitalismo, ordenado pela supremacia branca, normalizado pela cisgeneridade como ideal regulatório, reproduzido pela heteronormatividade, governado pelo ideal machista de silenciamento das mulheres e do feminino e atualizado pela colonialidade do poder; mundo da razão controladora, da distribuição desigual da violência, do genocídio sistemático de populações racializadas, empobrecidas, indígenas, trans*, e de outras tantas.

O apocalipse deste mundo parece ser, a esta altura, a única demanda política razoável. Contudo é preciso separá-la da ansiedade quanto à possibilidade

de prever o que há de sucedê-lo. É certo que, se há um mundo por vir, ele está em disputa agora, no entanto é preciso resistir ao desejo controlador de projetar, desde a ruína deste, aquilo que pode vir a ser o mundo que vem. Isso não significa abdicar da responsabilidade de imaginar e conjurar forças que habitem essa disputa e sejam capazes de cruzar o apocalipse rumo à terra incógnita do futuro, pelo contrário: resistir ao desejo projetivo é uma aposta na possibilidade de escapar à captura de nossa imaginação visionária pelas forças reativas do mundo contra o qual lutamos. Recusar-se a oferecer alternativas não é, portanto, uma recusa à imaginação, mas um gesto na luta para fazer da imaginação não uma via para o recentramento do homem e reestruturação do poder universalizador, mas uma força descolonial, que libere o mundo porvir das armadilhas do mundo por acabar.

16

POSFÁCIO_ ISSO AQUI É UMA BARRICADA!

Não há solução. A redistribuição da violência não é capaz de parar a máquina mortífera que são as polícias, as masculinidades tóxicas e todas as ficções de poder. É apenas uma (das muitas) maneira(s) de lidar com o problema sem neutralizá-lo. A redistribuição da violência não é capaz de vingar as mortes, redimir os sofrimentos, virar o jogo e mudar o mundo. Não há salvação. Isso aqui é uma barricada! Não uma bíblia.



#Publicação comissionada pela
Fundação Bienal de São Paulo
em ocasião da 32a Bienal de São
Paulo - Incerteza Viva.

#Publication commissioned by
Fundação Bienal de São Paulo on
the occasion of the 32a Bienal of
São Paulo - Incerteza Viva.

oficina lugar de agência e afetos entre modos de fazer, aprender e cuidar
imaginação intervenção nos sistemas de (re-)produção e invenção de mundos
política implicação ética nas contradições e paradoxos das coletividades

OIP é uma iniciativa que se manifesta por meio de grupos de pesquisa, leituras públicas, apresentações, oficinas, intervenções, instalações, escrita, tradução e produção de publicações como esta. no contexto da 32ª bienal de são paulo: incerteza viva, a oficina se constitui pela colaboração entre jota mombaça, rita natálio, thiago de paula, valentina desiderii, diego ribeiro e amilcar packer.



Jota Mombaça é

ensaísta e performer. É uma bicha não binária, nascida e criada no Nordeste do Brasil, que escreve, performa e faz estudos acadêmicos em torno das relações entre monstrosidade e humanidade, estudos kuir, giros descoloniais, interseccionalidade política e tensões entre ética, estética, arte e política nas produções de conhecimentos do sul-do-sul globalizado.